

Title: Goa state confiscates the Portuguese possessions; Portuguese Government criticizes decision of the state of Goa to withdraw rights to Portuguese

Date: 22 March 2014

Source: Expresso - <http://expresso.sapo.pt/>

615 words



Machine Translation:

Thousands of citizens who have properties in the Indian state of Goa are at risk of losing - them, following the approval of a law that has caught the Portuguese Government and contradicting one Luso-Indian treaty of 1974. Affected expect a strong reaction from Lisbon.

On the 13th of March, the "Official Gazette of the State of Goa" (equivalent to "Gazette") published the "law of abolition of property titles, titles and land grants," adopted by the Legislature Goan 3 March. The law stipulates that all securities or property granted "by the former government / Portuguese regime" are "abolished and void."

The possession shall, according to law, for the Goan state.

Are concerned thousands of hectares since spanned the period will the Portuguese arrived in Goa in 1505, the Indian invasion of 1961 which ended the Portuguese India. At that time, the land of the Portuguese-most returned àmetrópole - were occupied by locals. Three years later, the Act of Evacuated Properties placed under the administration of a tax appointed by the Indian government, but without affecting the ownership of the properties.

The new law explicitly states that the lands covered by the 1964 Law are for the state of Goa "free of any liens, mortgages, debts or charges of any kind."

Among the "evacuated" include the Mascarenhas family - Marquises Border - owner of 1335 acres of county Cuncolim in Goa. Pietro Nigra, a member of this family, expresses "surprised and concerned" against the new law. Emphasizes the "peaceful presence, for over four centuries," Mascarenhas of Goa, ensuring that provided services to Portugal, by virtue of which they were granted land in the sixteenth century. The family wishes says, 'Just and dialogued "solution with India, but believes that the new law will not facilitate that goal.

MNE prepares reaction

Portugal only recognized Indian sovereignty over Goa, Daman and Diu after April 25, 1974, without the time Lisbon has safeguarded the interests of those who were dispossessed of their lands. A Luso-Indian treaty signed by the First Provisional Government stipulates only that the outstanding issues and claims will be resolved through "bilateral negotiations". That was the position before Delhi complaints from owners who say they are victims.

Several Portuguese governments sought to negotiate a settlement with India.

Amas recent attempt occurred during the visit of President Cavaco Silva, in 2007. At the time, the Indian Executive promised to return the properties within months. In vain.

In principle, a treaty between two countries, as of 1974 obliges the hierarchically inferior to those countries entities such as federal states (case of Goa). The new law seems to ignore it, to indicate that, regardless of previous provisions, "no person may invoke" rights created in the colonial era, which are "permanently canceled and extinguished." Goan Ogoverno is the Indian People's Party (BJP), Nationalist Hindu.

New Delhi governs the Congress Party (center-left).

Express contacted by the Portuguese Ministry of Foreign Affairs considers that the law "is not a positive contribution to the great effort of cooperation and the excellent relations of friendship" Luso-Indian. Aware that there are affected Portuguese, the Government is preparing a response. Government of Goa and the Indian embassy in Lisbon did not respond to Expresso.

Mascarenhas family's lawyer, Miguel Alvim, expects a strong position in Portugal, which is "a beacon of civilization and law." In his view, Lisbon must be flexible in dialogue but uncompromising on principles.

Original Text:

Estado de Goa confisca bens a portugueses; Governo português critica decisão do estado de Goa de retirar direitos a portugueses

615 words

22 March 2014

Expresso

EXPRESO

© EXPRESSO Impresa Publishing S.A

Milhares de cidadãos que possuem propriedades no estado indiano de Goa estão em risco de perdê-las, na sequência da aprovação de uma lei que apanhou de surpresa o Governo português e que contraria um tratado luso-indiano de 1974. Os afetados esperam uma reação firme de Lisboa.

No passado dia 13 de março, a "Gazeta Oficial do Estado de Goa" (equivalente ao "Diário da República") publicou a "lei de abolição de títulos de propriedade, títulos e concessões de terras", aprovada pela Assembleia Legislativa goesa a 3 de março. O diploma estipula que todos os títulos ou propriedades concedidos "pelo antigo governo/regime português" ficam "abolidos e sem efeito".

A sua posse passa, segundo a lei, para o estado goês.

Estão em causa milhares de hectares, já que o período abarcado vai da chegada dos portugueses a Goa, em 1505, à invasão indiana de 1961, que pôs fim à Índia Portuguesa. Nessa altura, as terras dos portugueses-a maioria regressou à metrópole - foram ocupadas por

habitantes locais. Passados três anos, a Lei das Propriedades dos Evacuados colocou-as sob administração de um fiscal nomeado pelo governo indiano, mas sem afetar a titularidade das propriedades.

A nova lei refere explicitamente que as terras abrangidas pela lei de 1964 passam para o estado de **Goa** "livres de quaisquer ónus, hipotecas, dívidas ou encargos de qualquer tipo".

Entre os "evacuados" inclui-se a família Mascarenhas - dos marqueses de Fronteira -, dona dos 1335 hectares do condado de Cuncolim, em **Goa**. Pietro Nigra, membro desta família, exprime "estranheza e preocupação" face à nova lei. Realça a "presença pacífica, ao longo de mais de quatro séculos", dos Mascarenhas em Goa, garantindo que prestaram serviços a Portugal, em virtude dos quais lhes foram concedidas terras, no século XVI. A família deseja, afirma, uma solução "justa e dialogada" com a Índia, mas crê que a nova lei não irá facilitar esse objetivo.

MNE prepara reação

Portugal só reconheceu a soberania indiana sobre Goa, Damão e Diu após o 25 de Abril de 1974, sem que na altura Lisboa tenha acautelado os interesses dos que foram desapossados das suas terras. Um tratado luso-indiano assinado pelo I Governo Provisório estipula apenas que as questões e reclamações pendentes serão resolvidas através de "negociações bilaterais". Essa foi a posição de Nova Deli perante reclamações de proprietários que se dizem lesados.

Vários governos portugueses procuraram negociar uma solução com a Índia.

Amãis recente tentativa ocorreu durante a visita do Presidente Cavaco Silva, em 2007. Na altura, o Executivo indiano prometeu devolver as propriedades num prazo de meses. Em vão.

Em princípio, um tratado entre dois países, como o de 1974, obriga as entidades hierarquicamente inferiores a esses países, como estados federados (caso de **Goa**). A nova lei parece ignorá-lo, ao indicar que, independentemente de disposições anteriores, "ninguém poderá invocar" direitos gerados na era colonial, que são "permanentemente cancelados e extintos". O governo goês é do Partido do Povo Indiano (BJP), nacionalista hindu.

Em Nova Deli governa o Partido do Congresso (centro-esquerda).

Contactado pelo Expresso, o [Ministério dos Negócios Estrangeiros português](#) considera que a lei "não é um contributo positivo para o grande esforço de cooperação e as excelentes relações de amizade" luso-indianas. Ciente de que há portugueses afetados, o Governo prepara uma reação. O governo de Goa e a embaixada da Índia em Lisboa não responderam ao Expresso.

O advogado da família Mascarenhas, Miguel Alvim, espera uma posição forte de Portugal, que é "um farol da civilização e do direito". A seu ver, Lisboa deve ser flexível no diálogo mas intransigente nos princípios.

Pedro Cordeiro